

LEONARDO BARROS JIANOTI

CAPITAL SOCIAL

POTENCIALIZANDO A EQUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

**MONOGRAFIA APRESENTADA
COMO REQUISITO PARCIAL À
OBTENÇÃO DO GRAU DE
BACHAREL EM CIÊNCIAS
ECONÔMICAS PELA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ. PROFESSOR(A)
ORIENTADOR(A) ANA LÚCIA
JANSEN DE MELLO DE SANTANA.**

CURITIBA, 16 DE FEVEREIRO DE 2004

TERMO DE APROVAÇÃO

LEONARDO BARROS JIANOTI

CAPITAL SOCIAL

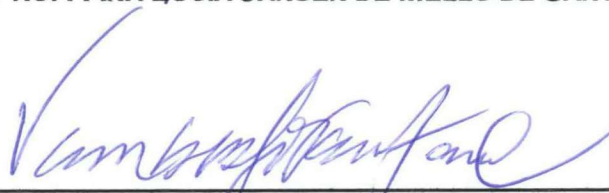
POTENCIALIZANDO A EQUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

MONOGRAFIA APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL NO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:

ORIENTADORA:



PROF. ANA LÚCIA JANSEN DE MELLO DE SANTANA



PROF. LUIZ VAMBERTO DE SANTANA



PROF. JOSÉ WLADIMIR FREITAS DA FONSECA

CURITIBA, 16 DE FEVEREIRO DE 2004

AOS MEUS PAIS

AGRADECIMENTOS

AOS MEUS PAIS HÉLIO E RITA, AO MEU IRMÃO LEANDRO, PELA CONFIANÇA DEPOSITADA EM MEU POTENCIAL, POR ACREDITAREM NO SONHO DE UM JOVEM VESTIBULANDO SOBRE A ECONOMIA E PELO APOIO NOS MOMENTOS DE CRISES EXISTENCIAIS E NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO FAMILIAR.

À PROFESSORA ANA LÚCIA, MINHA ORIENTADORA, PELAS CONTRIBUIÇÕES NAS PESQUISAS E CONCLUSÕES, PELA PACIÊNCIA E COMPREENSÃO EM RELAÇÃO AO MEU RITMO ESTRANHO DE TRABALHO E PRINCIPALMENTE POR ENCORAJAR E ESCLARECER ONDE, COMO E POR QUÊ DEFENDER AS HIPÓTESES PROPOSTAS.

AOS COLEGAS DE CURSO, POR ME ENTENDEREM E ESCUTAREM NOS MOMENTOS DE INSIGHTS OU DESCOBERTA DE NOVAS FONTES DE PESQUISA E POR ME AJUDAREM NO MOMENTO DE DESESPERO EM COLOCAR O TEXTO NAS NORMAS ABNT.

AOS COLEGAS DA EMPRESA JÚNIOR JR CONSULTORIA UFPR POR ME MOSTRAR QUE O HORIZONTE DE ATUAÇÃO DO ECONOMISTA É MUITO MAIOR DO QUE IMAGINAVA E QUE A MINHA CONTRIBUIÇÃO FAZ PARTE DE UM SONHO MAIOR COMPARTILHADO COM TODOS OS AMIGOS EMPREENDEDORES.

AOS ECONOMISTAS ÉTICOS E COMPROMETIDOS COM A “CAUSA ECONÔMICA” POR ME SERVIREM DE INSPIRAÇÃO E EXEMPLO DE FORMAÇÃO E MOTIVAÇÃO.

ÀS EQUIPES DA TRUST E DA COMUNIDADE EMPREENDEDORES DE SONHOS PELOS ENSINAMENTOS E MOTIVAÇÃO PROFISSIONAL.

AOS COLEGAS DE PESQUISAS, DE SONHOS E DE PROJETOS PELAS CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS QUE TANTO ENRIQUECERAM A PESQUISA.

AOS PACIENTES REVISADORES, RODRIGO, MARCELO, BRUNO E FABRÍCIO, PELAS SUGESTÕES E ESCLARECIMENTOS.

EM ESPECIAL À ALEXANDRA, COM AMOR, PELA COMPREENSÃO E ESTÍMULO NA REALIZAÇÃO DE NOSSOS SONHOS.

E A DEUS QUE ORQUESTRA TUDO E TODOS PELA PLENITUDE DA VIDA HUMANA.

AGRADEÇO PRINCIPALMENTE AOS COMPANHEIROS QUE EMPREENDENDO SONHOS, INTEGRANDO MUNDOS E SEMEANDO O CONHECIMENTO, FOMENTAM UMA NOVA INTELIGÊNCIA PARA CONSTRUÇÃO DA TERRA DA SABEDORIA.

“(T)he process of economic growth does not necessarily occurs in the same way, at the same time, or at the same rate in same location”

Theodore Schultz (1957)

SUMÁRIO

RESUMO	vii
INTRODUÇÃO	1
1.) JUSTIFICATIVA E INFLUÊNCIAS IMPLÍCITAS	4
2.) CAPITAL SOCIAL	9
2.1) ÁREAS TEMÁTICAS	12
2.1.1 AS ASSOCIAÇÕES HORIZONTAIS	12
2.1.2 AS REDES SOCIAIS	13
2.1.3 A SUPERESTRUTURA	13
2.2) MODOS DE CAPITAL SOCIAL	14
2.2.1 <i>BONDING SOCIAL CAPITAL</i> – LAÇOS FORTES	15
2.2.2 <i>BRIDGING SOCIAL CAPITAL</i> – FLUIDEZ SOCIAL	15
2.2.3 <i>LINKING SOCIAL CAPITAL</i> – LIGAÇÕES VERTICAIS	15
3.) AS RELAÇÕES DO CAPITAL SOCIAL	16
3.1) CAPITAL SOCIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO	17
3.2) CAPITAL SOCIAL E ESTADO	19
3.3) CAPITAL SOCIAL E AS CRÍTICAS	22
4.) EMPREENDEDORES CÍVICOS: AGENTES MOBILIZADORES	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	29

RESUMO

Essa Monografia representa um esforço para investigar a hipótese de que o Capital Social pode ser a variável “potencializadora” da equação do desenvolvimento econômico e facilitador das democracias participativas. Ao pensar desenvolvimento sócio-econômico é essencial considerar as “regras do jogo”, ou seja, o ambiente institucional é fator condicionante da atuação econômica. O capital social (os laços de confiança, o envolvimento cívico e a participação social) é indissociável do desempenho sócio-econômico de determinada região. O esforço principal se deu na direção de identificar a importância do estímulo e fortalecimento dos estoques de capital social de comunidades. Não se pode pensar desenvolvimento sem considerar que os agentes precisam cooperar entre si, e que para isso necessitam ter confiança nas relações através de fortes identidades regionais. O Brasil pode e deve fazer uso de medidas de sucesso verificadas em países desenvolvidos para direcionar sua economia para a prosperidade, não se esquecendo em momento algum das adaptações necessárias às realidades locais.

Palavras-chave: Capital Social, interatividade, identidade, regional, confiança, redes, empreendedorismo cívico.

INTRODUÇÃO

A teoria econômica com suas inúmeras definições e pressupostos abre espaço para interpretações variadas sobre temas aparentemente semelhantes. Surgem e ressurgem escolas, influências e soluções milagrosas para os problemas econômicos. Porém um termo nunca saiu das pautas de discussão entre os economistas: o crescimento econômico.

A busca pela prosperidade de uma economia não é só parte da missão dos estudiosos do assunto, mas constitui-se meta imprescindível para atingir o progresso de qualquer país.

Ao longo do tempo essa idéia foi se tornando insuficiente para explicar o grau de evolução de uma economia. Quando se percebe um crescimento no produto global de um país, por exemplo, pode-se estar míope em relação ao bem estar da população, pois o ganho quantitativo pode advir do uso de máquinas mais eficientes, mas que são poupadoras de mão-de-obra, gerando desemprego.

Era preciso encontrar uma forma de analisar melhor as diferentes evoluções econômicas. Ganhou espaço, então, o conceito e as variações do termo "desenvolvimento". Assim, é possível identificar qualitativamente as transformações positivas da economia. Vem de Amartya Sen a mais precisa definição de desenvolvimento: "...é o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas. É esta visão do desenvolvimento que o faz exigir uma definição positiva de liberdade: liberdade não é apenas a ausência de restrições, o direito abstrato de ir, vir, comprar, vender, amar e ser amado. A liberdade – e portanto o desenvolvimento - não podem ser pensados fora das condições concretas de seu exercício" (SEN, 1996).

A percepção de que estabilidade econômica e crescimento não são fins, mas sim meios para atuação dos economistas, ganhou espaço e com isso somou-se a muitas proposições que não consideram o desenvolvimento como uma escala evolutiva, de aplicação instantânea, esperando os mesmos resultados alcançados em outras realidades sócio-econômicas, como se tratasse de uma receita pronta, da qual poder-se-ia esperar que os mecanismos de melhoria sócio econômica se repetissem indiferentemente.

Atualmente muito se discute no Brasil sobre quais serão os caminhos ou medidas que levarão ao próspero e sólido desenvolvimento tão sonhado pelos brasileiros, principalmente pelos economistas que escolheram esse país para estudar e trabalhar.

As propostas discutidas ultimamente vão desde o fortalecimento da agricultura exportadora; o fechamento total da economia nacional; chegando até à ruptura drástica com organizações de atuação internacional. Dentre a infinidade de proposições, tem-se aquela que defende que a prosperidade dos países passa pelo fortalecimento e estímulo do **Capital Social**.

Este trabalho abordará os conceitos, proposições e históricos do chamado capital social, buscando fornecer a base teórica para a justificativa que fundamenta ações efetivas construídas sobre pilares de solidariedade, interação, confiança e integridade, apontados por FROES & MELLO (2002) como itens condicionantes do capital social. O entendimento de que o fortalecimento e estímulo do capital social podem contribuir com a prosperidade dos países é fundamental para que se possam constituir ações efetivas e sustentáveis que venham de baixo e para cima e não o contrário, ou seja, que sejam legítimas nos diversos âmbitos.

O objetivo é munir a equação do desenvolvimento sócio-econômico de uma variável potencializadora, ou seja, que aumenta a eficácia das variáveis combinadas no processo produtivo, como tecnologia, mão-de-obra, capital e terra.

Termos como capital social, economia solidária, empoderamento comunitário, entre outros, constantes nas discussões internacionais, têm muita flexibilidade conceitual, ou seja, podem apresentar definições diversas surgindo algumas vezes até equívocos conceituais. As principais constatações de que o capital social influencia no desempenho das economias surgiram nas pesquisas de Robert Putnam sobre o caso italiano e foram difundidas por todo mundo.

Dentro do contexto da Nova Economia Institucional - percepção de que as relações econômicas não são tão fluídas e transparentes como diziam os modelos reducionistas e mecanicistas, e que as instituições são condicionantes na decisão dos agentes (MONASTERIO, 2001) - é essencial perceber traços imateriais da civilização (como valores individuais e de grupos, moral, religião,

comportamento no tocante à mudança, entre outros) e estudar seus efeitos nos números reais da economia (PEYREFITTE, 1999).

O que se pretende aqui não é dar a solução aos entraves presentes ao maior desenvolvimento da economia brasileira. Mas sim, buscar trazer à luz das discussões sócio-econômicas, o entendimento dos conceitos que permeiam o capital social e fortalecem suas bases, como contribuição para a evolução do debate nesta área. Várias são as premissas (do latim *praemissa*, s.f., cada uma das duas proposições, maior e menor, de um silogismo; fato ou princípio que serve de base a um raciocínio ou a um estudo) que estão envolvidas nesse tema.

Para a efetividade das medidas voltadas ao protagonismo comunitário e desenvolvimento do capital social, fortalecendo as bases da economia, é preciso compreender muito bem qual o papel de cada agente (governos, empresas e sociedade civil organizada) no fortalecimento das bases de economias prósperas.

Em sua primeira parte esse texto terá por objetivo trazer ao conhecimento dos leitores quais foram as influências implícitas do autor para abordar o tema, quais as premissas que funcionaram como alicerce e catalisador das pesquisas realizadas. Na segunda parte, o objetivo é entender o conceito de "Capital Social", desde suas raízes até a difusão internacional. Na terceira parte, pretende-se analisar as críticas coletadas sobre essa conceituação, quais os desafios de políticas e ações voltadas ao desenvolvimento do Capital Social e seus efeitos econômicos. Na Quarta e última parte, seguirá uma identificação de quais seriam os agentes responsáveis pela mobilização do capital social e as dinâmicas de funcionamento desses conceitos, que se denominam "empreendedores cívicos". No decorrer de todo texto tenta-se trabalhar proposições para servir de guia para formuladores de outras políticas públicas com âmbito local.

1.) JUSTIFICATIVA E INFLUÊNCIAS IMPLÍCITAS

Nas análises econômicas, em discussões entre economistas ou outros profissionais, ou ainda em discursos eleitoreiros, estão presentes sempre assuntos como estabilidade monetária, desemprego, corrupção, violência e um que seria a solução para todos os males da economia brasileira, o desenvolvimento econômico e social.

Porém, como destacou o Professor Dr. Belmiro Valverde, “o Brasil não é para amadores” (CASTOR, 2000).

O Brasil não está numa situação fácil. O povo brasileiro passou anos lutando contra o “dragão da inflação”, que destruía o salário dos trabalhadores e empobrecia grande parte da população. As décadas de 80 e 90 do século XX foram “perdidas” entre medidas que jogavam o país contra seus próprios problemas. Planos e mais planos foram elaborados, até que um chamado “Real”, conseguiu a proeza de estabilizar os preços. Isso custou caro, que digam os desempregados, os pobres, os microempresários, etc.

Entre as diversas conseqüências da adoção do Plano Real somado ao contexto da economia mundial e mais a política neoliberal implementada por imposição do Fundo Monetário Internacional - FMI e pelos países credores do Brasil, podemos citar: o aumento da vulnerabilidade externa, seja via desequilíbrio no Balanço de Pagamentos, seja via endividamento crescente; as contas públicas deficitárias, com curta dívida interna e muita corrupção; e a inflação em potencial tendência de crescimento que constantemente está batendo nas portas dos brasileiros. Se for inflação de oferta, demanda ou inercial, se o superávit primário é alto ou baixo, pouco importa, haja visto que os efeitos negativos destes indicadores são significativos e se somam aos demais males que a população tem que conviver diariamente, como o desemprego, a falta de serviços públicos e universais de educação, saúde, segurança, etc.

A solução não estará em colocações fantasiosas e mirabolantes como se vê em diversas publicações e discursos políticos, nem em Monografias de graduação. Entretanto, existem muitas idéias e ações que têm enorme possibilidade de sucesso, seja por serem exemplos de sucesso em outros países, seja por mostrarem grande identificação com as potencialidades da economia brasileira.

Apesar de tudo que o Brasil atravessa, todos os paradoxos, desigualdades, tragédias sociais, existem caminhos para levar o país à prosperidade econômica. O fortalecimento de suas associações civis, o apoio a iniciativas empreendedoras, o estímulo à cooperação, a profissionalização dos empreendimentos sociais, o aumento do grau de interatividade comunitária junto ao governo e a efetivação da responsabilidade social das empresas são alicerces que podem sustentar um novo modelo baseado no fortalecimento do capital social. A ascensão de um capitalismo inclusivo, onde o crescimento seja igualitário e justo entre todos os cidadãos e demais agentes econômicos propiciando-lhes iguais condições de competição, merece importante atenção.

Capaz de alcançar e movimentar cifras enormes de moeda, agigantar os níveis de produção das indústrias e das economias em geral, o modo de produção capitalista demonstra cada vez mais seu principal paradoxo a superprodução e o subconsumo. Visando aumentar os lucros minimizando custos, empresas investem grandes somas de recursos em tecnologia produzindo muito mais por muito menos. Em países com mão de obra pouco qualificada como o Brasil, estas decisões agravam o desemprego e a má distribuição de renda. Simplificando, o mercado consumidor diminui, mas a oferta aumenta. Quando isso é somado às outras variáveis econômicas, muitos teóricos chegam a achar que não temos saída senão extinguir a propriedade privada. Mas como afirmava Peter Drucker, guru da Administração, das crises é que nascem as oportunidades, ou melhor, nas noites mais escuras é possível ver as mais brilhantes estrelas.

Está na hora de fugir do Mundo do Menos e rumar para o Mundo do Mais. É preciso esquecer cálculos baseados em custos e focar no valor. Dar mais atenção ao VAB (valor agregado bruto) do que ao PIB (produto interno bruto). Os produtos devem enfatizar valores envolvidos. Citando José Monir Nasser:

“Pertencer ao Mundo do Mais significa, para um sapateiro, na definição de Santo Agostinho, produzir bons sapatos. Por outro lado, pertencer ao Mundo do Menos significa produzir sapatos quaisquer, do modo que dê menor trabalho possível, mesmo que isto comprometa a qualidade” (NASSER, 2003).

A competição local deve ser trocada pela cooperação. Segundo conceitos da Economia Solidária, difundidos principalmente pelo economista Paul Singer,

essa afirmação será o norte para que uma economia se desenvolva e que seu crescimento não seja abortivo. Olhar para seu concorrente como um futuro parceiro, sem submissão, tendo como premissa a prosperidade de ambos, é essencial para as organizações que queiram fazer parte dessa nova economia. Esta nova economia “pode ser uma alternativa superior ao capitalismo por proporcionar às pessoas uma vida melhor, com solidariedade e igualdade” (SINGER, 2002).

A postura governamental vem se modificando significativamente. O paternalismo está sendo condenado e tende a ser substituído pelo diálogo junto à sociedade e construção de políticas realmente públicas, DA sociedade, não PARA a sociedade (OBJ, 2002).

É preciso estimular o aumento do grau de interatividade comunitária, ou seja, conversas estratégicas com as representações das comunidades. Assim, pode-se perceber com maior objetividade as demandas sociais e conceber projetos mais eficazes. Percebendo que tudo vem sendo formado pela própria comunidade, esta tendo voz ativa no processo de construção de políticas públicas, sendo protagonista das soluções, o papel do governo será efetivado e contribuirá para que ele exerça sua função social designada pelo povo. A máquina governamental deixa de ser o realizador de tudo e passa a ser um facilitador ou catalisador dos processos. Os “bancos do povo” do BNDES, o “Modelo Curitiba de Colaboração” da Fundação de Ação Social da Prefeitura de Curitiba, entre outras ações, se destacam como ícones dessa interação.

Desde que as “direções” econômicas, baseadas no Consenso de Washington, levaram ao “Estado mínimo”, pelo menos no conceito, deixaram várias demandas sociais sem cobertura. Logo, a sociedade se mobilizou para amenizar os problemas sociais (também chamado de dívida social) e buscar soluções, muitas vezes emergenciais, para os males crescentes. Esse movimento se acentuou durante a década de 90, havendo um “boom” de iniciativas sociais, que aos poucos, foram se aperfeiçoando, crescendo e se profissionalizando. Houve migrações de profissionais do setor privado para organizações não governamentais (ONGs) e descoberta de empreendedores sociais nas comunidades (FROES & MELO, 2002).

A sociedade civil organizada, o chamado Terceiro Setor, vem demonstrando que será um alicerce importante no novo modelo de desenvolvimento que o Brasil precisa fortalecer. O esclarecimento do papel não assistencialista do Terceiro Setor é essencial para acabar com a imagem de “tapa-buracos” governamental. É necessário investir esforços na articulação de agentes de mudança advindos dos três setores (governo, mercado e sociedade civil) para que a interação não seja apenas uma soma de forças, mas “potencialização” de forças construtivas.

Um ponto importante a ser ressaltado deriva do que a Rede para o Desenvolvimento Local Integrado Sustentável (DLIS) busca chamar a atenção a mudança de paradigma regional. Durante anos, influenciados pela ascensão da globalização, no mundo sem fronteiras, foram deixadas de lado as forças regionais no próprio país.

Modelos como os de Mondragón na Espanha, do Grameen Bank de Bangladesh ou da Emília Romana na Itália são exemplos de que as ações econômicas devem ter um foco muito bem desenvolvido em âmbito local e ter forte identificação com a comunidade. Torna-se fundamental pesquisar e estudar esses históricos para encontrar correlações com a economia brasileira. O crescimento e multiplicação de cooperativas, micro e pequenas empresas, associações de classe, selos de produtos (*café colombiano*, *sapato fino italiano*, etc) são características desses modelos. Eles têm demonstrado serem extremamente significativos nas economias onde se desenvolveram. Exemplos como esses devem ser espalhados pelo mundo, resguardando sempre as particularidades de cada região, construindo comunidades voltadas para o desenvolvimento. É preciso valorizar os talentos locais, reunir o maior número de especialistas para pensar localmente (NASSER, 2003).

Através da articulação dos conceitos apresentados brevemente durante esse capítulo, pode-se conhecer, formular e analisar também as proposições brasileiras em torno do protagonismo regional. Estes assuntos apresentam forte correlação, porém poucas vezes foram somados, para compor parte de um novo modelo de desenvolvimento sócio-econômico para o Brasil. Se é o modelo ideal ou não, só será possível descobrir através de análises detalhadas e testes reais, ou seja, implantar suas proposições. O que se sabe é que o debate em torno da implementação desse modelo deve ser estimulado e valorizado, a atual

conjuntura não pode ser esquecida, o rompimento com o modelo vigente seria devastador, logo as medidas devem ser pensadas de dentro para fora, construindo assim bases fortes para o Brasil.

Esse trabalho vem a somar com inúmeros outros que dentro das Universidades buscam mostrar que boa parte da juventude, cada vez mais consciente de seu papel, vem estudando e desenvolvendo conceitos inovadores para construir bases sólidas para um desenvolvimento econômico seguro e contínuo, e assegurar uma democracia participativa.

Uma certeza é comum a muitos intelectuais brasileiros, inclusive Luis Fernando Veríssimo, o qual afirma que o Brasil é o país do futuro, porém é preciso agir no presente senão o país será para sempre do futuro (VERÍSSIMO, 1999).

2.) CAPITAL SOCIAL

Quando se trata de analisar o impacto das instituições na economia, papel protagonizado pelos economistas da Nova Economia Institucional (NEI), é fundamental conhecer as premissas, influências e vertentes dos itens que está se propondo a trabalhar.

O Capital Social, sem dúvida, produziu uma larga gama de estudos e publicações, e chegou a ser chamado de “conceito fundamental”, “condensador da fumaça que envolve o debate sobre instituições”, entre outros. Chega a ser de aproximadamente 500 as citações sobre capital social, considerado grande volume já que em 1999 esse número foi inferior a 300 citações e antes de 1998 as citações diziam respeito apenas à “infra-estrutura” ou seguiam orientações marxistas (MONASTERIO, 2001).

A expressão capital social, como está será utilizada no decorrer do texto, foi mencionada pela primeira vez no início do século XX, quando Lyda Judson Hanifan, um jovem educador, usou o conceito para descrever centros comunitários de escolas rurais, onde existia uma ligação direta entre o nível de renda da população com a sociabilidade nas relações de vizinhança. Para ele, toda comunidade se beneficiaria da cooperação entre as pessoas e quando todos tivessem o hábito de se relacionar (por inúmeras razões, como lazer, ou religião, p.ex.) esse “capital social”, ou seja, “essa rede de relações seria dirigida para o bem-estar da comunidade” (D’ARAUJO, 2003).

Dentre os diversos autores, a abordagem conceitual que mais se destaca é de Robert Putnam, sociólogo da Universidade de Harvard, que realizou um estudo sobre o desempenho dos governantes da Itália antes e depois da descentralização e a implantação de governos regionais. Segundo Putnam, a consciência política e o elevado nível de comprometimento cívico foram fatores condicionantes do melhor desempenho da Região Centro Norte (especialmente Emiglia-Romana) durante os 20 anos de pesquisa.

Na análise de caso da “Itália Moderna”, Putnam desenvolve o conceito de capital social definindo da seguinte maneira:

“... características da organização social como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, pg.177).

Seguindo o sentido do termo capital, ou seja, algo potencial para o sistema de produção, o capital social é também produtivo, a partir do momento que permite a realização de objetivos aparentemente inalcançáveis caso ele não existisse ou não estivesse presente em momentos do ciclo. É como se tivéssemos vários capitais, que isolados, não produzem nenhuma consequência produtiva, mas que unidos são capazes de significativas transformações. O capital social funciona como catalisador das interações, seja através de características permissivas à articulação ou estimulantes desse movimento.

Para o Instituto Paraná Desenvolvimento – IPD, capital social é “o conjunto de normas de interações locais que permitem a perseguição de um projeto coletivo de pequeno âmbito” (IPD, 2003).

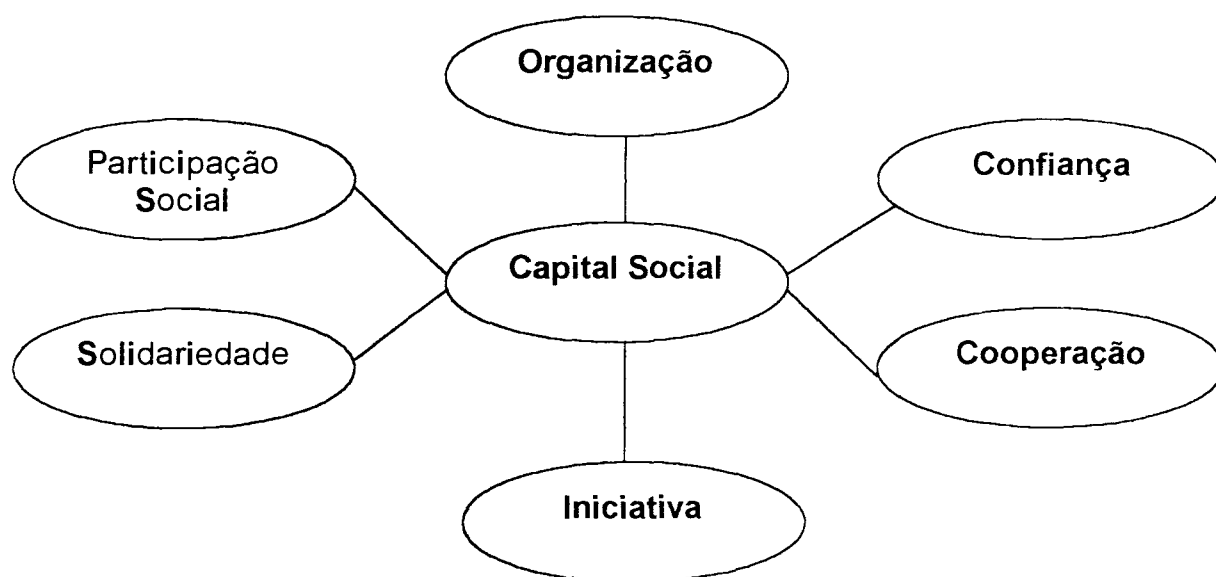
É a verificação das capacidades de gerar interações nas comunidades (conceito aqui não simplesmente territorial, mas sim de identidade regional), o potencial de unir forças e fatores produtivos para realizar transformações com objetivos comuns.

Não é uma simples soma de pessoas e potenciais, mas sim a percepção de que a união não faz a força, ela multiplica todas as forças individuais.

Por isso, o presente trabalho pretende entender como o capital social pode “potencializar” a equação de desenvolvimento sócio econômico. O desafio está em transformar os pequenos âmbitos em ilhas de prosperidade sem exclusão social.

Contidos no conceito de capital social estão itens como: i) confiança; ii) cooperação; iii) iniciativa ou pró-atividade; iv) solidariedade; v) participação social; vi) organização social. Esses fatores são identificados como determinantes do capital social e através disso é possível, em pesquisas subsequentes, elaborar indicadores de medição do grau de interatividade de uma região, assim como vários pesquisadores já o fizeram em comparações de desempenho regional.

Figura 2.1) Componentes do Capital Social (FROES & MELO, 2002)



A bibliografia apresenta distintas definições para o conceito de capital social e dos fatores incidentes. Para FUKUYAMA (1995), capital social se equiparava à confiança; anos mais tarde ele passou a afirmar que são as normas de cooperação os condicionantes do capital social (FUKUYAMA, 1999).

Para Putnam, o capital social é constituído de redes enquanto Fukuyama afirma que a formação de redes prescinde do conjunto de normas de cooperação.

Conforme citação na obra de MONASTERIO (2001), Woolcock acredita existir consenso conceitual:

“There is an emerging consensus on the definition of social capital, one built on an increasingly solid empirical foundation,

and it follows: Social capital refers to the norms and networks that facilitate collective action.” (WOOLCOCK, 2000, p.9) ¹

Existem algumas definições sutis que podem confundir o pesquisador desatento, na medida em que Capital Social consiste no potencial de interação, mas muitas vezes é considerado como o resultado dessas interações. Alguns autores reforçam que capital social são as relações em si, enquanto outros (a maioria) mostram que as características institucionais de determinada região é que devem ser denominadas de capital social, pois são responsáveis pelo estímulo de associação, trabalho coletivo e participação social (IPD, 2003).

São diferenças de difícil percepção empírica, pois a visão pode variar de acordo com o ambiente institucional onde se está observando. Vale lembrar também que a definição com que o termo foi recebido na Economia, vindo da Sociologia, pode ter sofrido algumas adaptações, mas que pela revisão literária parecem mais confusões ou flexibilidade conceitual, do que negação do termo.

2.1) ÁREAS TEMÁTICAS

2.1.1 As associações horizontais

O expoente dessa corrente é Robert Putnam, do qual usamos a definição mais abrangente sobre capital social no início do capítulo. Percebe-se o destaque que dá para o envolvimento cívico e o espírito de cooperação para o desenvolvimento. Segundo ele, esses fatores contribuem para a formação de associações e grupos informais, aumentando endogenamente o grau de cooperação entre os indivíduos. Isto, sem dúvida, contribui positivamente para as relações econômicas.

O termo cívico nessa análise não pode ser confundido com **civil**. A palavra civil vem da palavra latina *civilis* enquanto a palavra cívico vem da palavra latina *civicus*. Ambos querem dizer “relativos ao cidadão”, sobretudo por contraste ao “militar” ou ao “eclesiástico”. No entanto, sobretudo em português, a palavra civil tem conotação institucional (organização formal da sociedade),

¹ " Existe um consenso emergente na definição de capital social, este construído sobre um crescente fundamento empírico, e é como segue: Capital Social refere-se às normas e redes sociais que facilitam a ação coletiva." - (*tradução livre do autor*)

enquanto a palavra *cívico* tem conotação informal, comunitária. Em inglês, esta distinção é mais fraca, quase inexistente, daí o fato de Putnam usar as palavras indiferentemente. Em português a distinção se faz necessária (IPD, 2003).

As associações a que Putnam se refere são de formato horizontal, ou seja, não apresentam barreiras à entrada de novos membros e não possuem hierarquia restritiva. Congregam agentes com status e poderes equivalentes. Nesse contexto, o capital social contém caráter produtivo, pois diminui os custos advindos das normas e burocracias nas transações através do alto grau de confiança que restringe comportamentos oportunistas (MONASTERIO, 2001).

2.1.2 As Redes Sociais

Nessa área destacam-se dois autores da Nova Sociologia Econômica: Mark Granovetter e James Coleman. O primeiro ainda na década de 80, muito antes do conceito de capital social se tornar "figura carimbada" nas pautas regionais, já falava de "embededness", que traduzindo o *intraduzível*, quer dizer "enredamento" ou relações através de redes. Ainda não utilizando o conceito "capital social", ele destaca a importância de resolver o impasse do Dilema do Prisioneiro (p.ex.), onde se pretende entender as decisões de agentes atomizados e as diferentes interações estratégicas entre os indivíduos - e que podem se prejudicar indiretamente - baseando as ações nos laços de confiança (GRANOVETTER, 1985).

Coleman, por sua vez, é considerado o introdutor do termo capital social nas pautas de pesquisa (MONASTERIO, 2001).

Ele considera que o capital social não é apenas uma instituição, mas sim um conjunto de instituições capazes de facilitar ações coletivas, unindo capitais potenciais anteriormente isolados e que se uniram devido o ambiente institucional favorável. Sua definição é ímpar para definir capital social, e a leitura de sua obra é extremamente válida para a compreensão holística do tema (COLEMAN, 1990).

2.1.3 A SuperEstrutura

Seguindo o raciocínio de NASSER (2003), seguindo o proposto Modelo K (análise de ambientes de competitividade, que permite analogias a diversos objetos), de que a eficiência de uma economia depende, resumidamente, de três

fatores localizados entre eixos de agregação de valor e diminuição de custos, balizados por níveis de interatividade: i) ambiente empresarial - os indivíduos, empresas e agentes capazes de gerarem transformações, através de novas idéias e empreendedorismo; ii) ambiente econômico - infraestrutura compatível com os objetivos definidos, que estimule a superação de metas pré-estabelecidas e que permita o surgimento de novas estruturas inovadoras; iii) ambiente social - superestrutura permissiva ao desenvolvimento via inovação e eficácias produtivas, que envolve o ambiente institucional favorável e as regras do jogo que permitam o bom andamento da economia. Quanto maior for a interatividade destes ambientes mais próximo do eixo do Valor (Mundo do Mais) estará, com maiores possibilidades de crescimento sustentado. Quanto menos os indicadores de aquele ambiente apontarem interatividade, mais próxima ao eixo do Custo (Mundo do Menos), com menores possibilidades de sucesso (NASSER, 2003).

A superestrutura trata de pontos relativos à qualidade de vida da população, o padrão de liberdades dos agentes e o estoque de talentos da região. Ela varia regionalmente, e pode englobar as questões ligadas a governos de boa qualidade, sistemas jurídicos eficientes e real liberdade de imprensa, entre outras. O capital social, considerando uma abordagem genérica, pode ser composto destes itens e, portanto o caráter institucional de uma região está intrinsecamente ligado ao "estoque" de capital social que haja acumulado até o momento. Ou seja, políticas e ações voltadas para melhoria do ambiente institucional de uma economia devem obrigatoriamente passar por estímulo e aproveitamento do capital social das comunidades.

2.2) MODOS DE CAPITAL SOCIAL

Visando uma melhor compreensão do tema e evitando carregar o texto com diversas ramificações que o Capital Social acumulou nos últimos anos, utilizaremos uma classificação baseada na posição social dos agentes.

Segundo a classificação destacada por MONASTERIO (2001), existem três modalidades de capital social.

2.2.1 “Bonding Social Capital” – Laços Fortes.: são os grupos homogêneos, onde são valorizadas as identidades dos agentes envolvidos. Essa modalidade vem do que PUTNAM (2000) definiu como “supercola sociológica”, que aumentam os condicionantes de lealdade e reciprocidade criando relações baseadas na confiança. Para GRANOVETTER (1973), essas relações são construídas através de “strong ties”, ou seja, laços fortes entre familiares e amigos, voltadas para dentro do círculo local.

2.2.2 “Bridging Social Capital” – Fluidez Social.: são as ligações entre grupos sociais distintos. Segundo PUTNAM (2000), trata-se de um “óleo lubrificante social”, e quando essa modalidade é abundante tem-se uma sociedade fluida e integrada, onde existe algo que une os agentes e que é superior às diferenças étnicas, geográficas ou ocupacionais. As informações sobre outros agentes fluem através do capital social tipo *bridging*.

2.2.3 “Linking Social Capital” – Ligações verticais.: são as ligações verticais entre os pobres e pessoas em postos de decisão em organizações formais. Comunidades que têm bom estoque dessa modalidade de capital social têm governos “permeáveis” às demandas das camadas inferiores da pirâmide social, os quais nos países em desenvolvimento muitas vezes não têm voz ativa nas decisões públicas.

Através da classificação acima é possível realizar diversas simulações sobre os estoques de capital social de diferentes regiões. Pode-se focar ações de desenvolvimento regional através do respectivo diagnóstico sobre os modos de capital social presentes na comunidade. Antecipadamente, é possível perceber no Brasil um bom estoque de *Bonding* (laços fortes), pouco de *Bridging* (fluidez social) e quase nenhum *Linking* (ligações verticais).

3.) AS RELAÇÕES DO CAPITAL SOCIAL

Neste capítulo serão demonstradas as relações do capital social com os diversos ambientes onde está inserido ou compreendido. Num primeiro momento, serão abordadas as interações do capital social com o crescimento econômico e quais os mecanismos e dinâmicas dessa ligação.

O segundo passo é verificar os canais de comunicação do capital social com a máquina governamental e o aumento na eficiência estatal. Logo, após essas análises, se torna indispensável conhecer as críticas recebidas pelo termo capital social e de que forma elas influenciaram seu entendimento e o aproveitamento conceitual.

3.1) CAPITAL SOCIAL E CRESCIMENTO ECONÔMICO

A primeira percepção ao estudar capital social é de que, assim como os outros “capitais”, ele também apresenta um caráter produtivo. E, portanto, se apresenta como um diferencial para as economias que o acumulam. A dificuldade em ter entendimento claro desse estudo é pertinente na medida em que o capital social é transversal em todos os setores produtivos, ou seja, não está ligado a ramos específicos da economia.

Alguns autores questionam o uso do termo “capital” para lidar com características institucionais de uma determinada região pelo fato dos indivíduos não sacrificarem ganhos presentes por retornos futuros. Porém, essa abordagem não é consenso entre os estudiosos do capital social. Os agentes dedicam tempo e esforço para construir suas redes sociais, principalmente por investimentos em ações coletivas e comunicações (STIGLITZ, 2000). O investimento em capital social parece não ser intencional, porém apresenta taxas de retornos no longo prazo (OSTROM, 2000).

Divergências à parte, já foi cogitada a inclusão do capital social diretamente como um fator de produção. A função, em termos gerais, conteria capital físico (K), trabalho (L), capital humano (H) e o capital social (Q):

$$Y = F(K, L, H, Q) \quad (1)$$

Para PALDAM e SVENDSEN (1998), o capital social apresenta relação direta com o produto, dessa forma, o ambiente institucional das economias é valorizado com status de variável e a partir disso é considerada na formulação de políticas de desenvolvimento.

Dentro da função de produção, outra forma de interação do capital social é através da Produtividade Total dos Fatores. Dessa forma, o capital social não seria um fator produtivo em si, mas sim seria uma potência para as demais variáveis. A sua participação seria semelhante ao papel da Tecnologia.

Sem considerar a tecnologia, coloca-se a função de produção da seguinte forma (PALDAM e SVENDSEN, 1998):

$$Y = Q \cdot F(K, L, H), \text{ onde } Q > 0 \quad (2)$$

Seguindo esse raciocínio é possível reforçar a hipótese desse texto, de que o capital social contribui para a função de produção através da “potencialização” dos fatores produtivos. Ou seja, investimentos em estoque de capital social favorecem o aumento da produtividade total dos fatores, na medida em que catalisa os processos, estimula a identidade regional, aumenta a interatividade e a cooperação entre os agentes através de fortes laços de confiança.

James COLEMAN (1990) aponta para uma relação importante: a elevação da produtividade do trabalho humano. Ele apontou, através de estatísticas norte-americanas, que locais onde os laços entre os familiares são mais densos e integrados, os indicadores de capital humano são mais elevados. Outro fator importante que, em sociedades onde a discriminação no mercado de trabalho é menor, os retornos esperados da escolaridade são mais altos, pois os agentes estão conectados por laços fortes (MONASTERIO, 2001).

As redes sociais potencializam as habilidades individuais, gerando benefícios coletivos.

O capital social entraria duas vezes na função de produção: aumentando a eficácia do capital humano e como o “Q” da equação 2 apresentada anteriormente (MONASTERIO, 2001).

Além de a interatividade comunitária contribuir para o valor dos agentes, também intensifica a taxa de acumulação de capital físico. Segundo estudo de KNACK e KEEFER (1997) foi possível perceber que sete pontos percentuais na

confiança (medida através de pesquisas de opinião em trinta países) provocam aumento de um ponto percentual na relação investimento/PIB. É uma evidência empírica que justifica a importância do ambiente institucional para a prosperidade econômica.

A relação entre capital social, inovação tecnológica e progresso econômico é percebida quase que intuitivamente, uma vez que o empresário inovador podendo fazer uso de um estoque de capital social, investirá menos em monitoramento e proteção intelectual, logo reverterá esse recurso para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos. Isso só seria possível devido ao aumento nos níveis de confiança (identidade – confiança – interatividade), que diminuem a preocupação quanto à pirataria e indústria de apropriação indevida.

Dentro do contexto dos Sistemas Regionais de Inovação (SRI), pólos industriais onde existem, numa posição nuclear, centros de pesquisa e desenvolvimento, é reforçada a importância da interatividade e do envolvimento comunitário para seu pleno funcionamento. Segundo destacado por MONASTERIO (2001), o próprio MARSHALL em 1982 afirmou em sua obra que nos distritos industriais além da rápida difusão dos “mistérios do comércio”, as “novas idéias são assimiladas por outros e combinadas com sugestões próprias; assim elas se tornam fonte de muitas novas idéias”. É como se a identidade, a confiança e a interatividade atuassem como catalisadores do processo de inovação endógena.

O exemplo mais famoso dessa relação é o Vale do Silício, apontado na bibliografia como o modelo básico de SRI baseado em capital social. Seu desempenho é fundamentado em fortes redes de firmas, universidades, institutos de pesquisa e setor público. Um fator que não pode ser excluído é a importância da aproximação espacial para o desenvolvimento dessas redes. Demonstrando mais uma vez o grande valor que tem a interação informal, o face a face, nos processos de construção de alianças estratégicas.

Robert Putnam e Francis Fukuyama enfatizam o papel fundamental dos laços de confiança para a prosperidade de uma nação, considerando a confiança como base do capital social. Segundo eles, a confiança é a expectativa de reciprocidade que pessoas de uma comunidade têm acerca do comportamento dos outros, baseada em normas partilhadas. Quem sente e sabe que pode

confiar, recebe mais colaboração e aproveita melhor e mais efetivamente as oportunidades que aparecem. Logo, poder confiar nos agentes próximos é um fator importante de desenvolvimento econômico.

Fukuyama não se arrisca a quantificar a confiança, reforçando seu caráter intangível. Porém, durante suas pesquisas ele oferece contrastes qualitativos significativos entre os países que compartilham diferentes níveis de confiança entre sua população e as repercussões que isso tem sobre a economia. Para ele, a maior fonte de confiança em uma comunidade são as normas partilhadas entre seus participantes. E essas normas nascem ou são fomentadas na religião, na tradição e nos traços históricos, uma vez que esses fenômenos não são afetados pelas deliberações individuais (D'ARAÚJO, 2003).

Retomando a colocação do Capítulo 1, o efetivo estímulo e aproveitamento de capital social devem ter um foco claro em pequeno âmbito, pois apenas em contexto local é possível construir o tripé identidade – confiança – interatividade, onde uma determinada identidade local contribui no fomento de laços de confiança que estimulam a interatividade nas relações econômicas.

Essas proposições e evidências teóricas corroboram para que os formuladores de políticas econômicas tenham sempre em mente o fortalecimento dos laços cívicos e de confiança nas comunidades envolvidas no processo, para que assim, o capital social possa agir como catalisador de processos e potencializador de ativos pré-existentes ou objetivados nos contextos locais.

3.2) CAPITAL SOCIAL E ESTADO

A relação entre eficiência governamental e a qualidade e solidez das instituições onde estão inseridos é explícita para a grande maioria dos economistas, e foi demonstrada diversas vezes por testes empíricos.

Porém, dentro do contexto institucional, é essencial determinar os elos de transmissão dos estoques de capital social nas políticas públicas, na efetividade de organizações governamentais e no fortalecimento de uma democracia participativa.

O expoente desses estudos é Robert Putnam, em seu brilhante trabalho sobre a Itália. Através de indicadores de desempenho governamental, ele conseguiu aferir a influência dos valores cívicos e do envolvimento comunitário

nas práticas públicas. Durante 20 anos, Putnam acompanhou o desempenho dos governos regionais na Itália desde sua implantação na década de 1970. Ao final desse período Putnam constata que o Norte soube aproveitar-se melhor dos benefícios da descentralização, enquanto o Sul, apesar de apresentar melhoras, não obteve no mesmo ritmo. Qual a resposta para essa disparidade? Qual seria a razão para que os mesmos instrumentos, utilizados em ambientes diferenciados entre si, produziram efeitos distintos? Após recorrer à variáveis como gastos administrativos, ideologias políticas, extratos sociais incongruentes, atuação dos conselhos locais e satisfação da população com o governo, Putnam reforça o foco no ambiente institucional em que os sedes regionais estavam inseridas.

Através de evidências econométricas e análise do desempenho institucional, foi possível concluir que as regiões que apresentaram maior estoque de capital social, possuem governos mais eficientes. Encontra-se então uma relação endogenamente alimentada, pois cidadãos mais envolvidos em questões cívicas (vale lembrar que o conceito de cívico trabalhado quer dizer compartilhamento de identidades regionais, interatividade comunitária e envolvimento social que fortalecem os laços de confiança) se organizam e exigem políticas sociais mais eficazes, e de outro lado, os governos têm à disposição estruturas mais favoráveis para suas ações, uma sociedade civil mais fluida. Putnam contradiz a hipótese de que uma sociedade organizada reduz a eficácia estatal, ou seja, sociedade forte, Estado fraco. Pelo contrário, quanto maior o envolvimento cívico, maior a qualidade dos governos, logo também, favorável ao crescimento econômico (PUTNAM, 1996).

A cultura cívica atua positivamente sobre as instituições, e que de outro lado, sua ausência seria um grave entrave ao desempenho das instituições. O civismo, associado à confiança entre os agentes, representa um recurso fundamental de poder para os indivíduos e as sociedades, uma vez que os benefícios de sua utilização e fomento são compartilhados no coletivo onde todo grupo é contemplado (D'ARAUJO, 2003).

Sendo as instituições políticas arranjos formais dependentes do contexto onde operam, vale destacar a visão de Alexis de Tocqueville, viajante e aristocrata francês, ao visitar a América. Segundo ele, na América a democracia e os governos funcionavam bem, pois em seu ambiente existia uma rica "arte de

associação”, ou melhor, a população estava habituada a se reunir em associações de voluntários para fins religiosos, educacionais, políticos e outros. Essa capacidade de auto-organização reforça a possibilidade do governo não precisar impor ordens e normas de cima para baixo (*top down*). Existia uma sociedade civil que difundia hábitos cooperativos que as pessoas conseqüentemente levavam para a vida pública. Logo, a sociedade civil fortalecida, no sentido das interações e laços de confiança serem mais solidários, formava uma textura social que potencializava a atuação governamental.

Em linguagem atual, seria correta, a proposição de que sem sociedade civil organizada, sem cultura cívica e liberdade, não haveria confiança nem relações horizontais de poder. Não haveria capital social, e sem capital social não haveria democracia bem-sucedida (D'ARAUJO, 2003).

Nesse momento, o conceito de sociedade civil se faz fundamental. Quando se aborda sociedade civil, refere-se a uma sociedade em grupos organizados, formais ou informais, com independência do Estado e do mercado, têm condições de facilitar a promoção de diversos interesses da sociedade.

Capital social, isto é, as relações informais e de confiança que fazem com que as pessoas ajam conjuntamente em busca de um bem comum, é fundamental para que novas e velhas organizações da sociedade civil possam prosperar e dar oportunidade de participação aos que ainda carecem de engajamento, de proteção ou promoção de protagonismo social.

Para Peter Evans existem dois canais de influência do capital social nas atividades estatais. São alternativas complementares por onde a sociedade organizada pode contribuir para a atuação dos governos: complementaridade e enredamento. No primeiro ponto, através de relações de parceria, onde o Estado fornece itens que não podem ser colocados pelos agentes sociais de forma plena, como o cumprimento de leis e contratos, e sistemas de condução de água para irrigação, por exemplo. O enredamento ou *embededness* favorece a comunicação entre Estado e sociedade civil, pois filtra as reivindicações e aumenta a produtividade ao atender demandas sociais, fazendo uma espécie de ponte entre os cidadãos e os responsáveis públicos (EVANS, 1996).

As colocações de Putnam são construídas no sentido de reforçar a importância de que o capital social acumulado é fator condicionante da qualidade

da máquina governamental e da democracia. Para Evans a sinergia em sociedades é construída através de intervenções governamentais, fortalecendo assim o capital social daquela região (MONASTERIO, 2001).

Segundo Maria Celina D'Araujo, o capital social é uma maneira de manter e aprimorar sociedades já democráticas, também pode ser um instrumento para promover a emergência da democracia onde ela falhou. Segundo ela, as instituições políticas criadas nesses países podem ser os agentes a ensinar tolerância, compromisso e participação, e a formar futuros líderes. Nessas democracias emergentes o capital social auxiliaria a promover críticas ao governo, a formar redes de oposição e de informação (D'ARAUJO, 2003).

3.3) CAPITAL SOCIAL E AS CRÍTICAS

Como é de costume nas ciências humanas quando surgem ou são descobertos novos termos, o conceito de capital social também entrou nas pautas de discussão e, não só apresentou uma enorme flexibilidade conceitual, como virou uma espécie de “coqueluche” para pensadores de economia regional. Todas as desigualdades regionais pareciam ser solucionadas através dessa “mágica social”, gerar alianças, fortalecer a confiança e estimular o envolvimento.

Na última década do século passado, assim como foi bem aceito, o conceito de capital social enfrentou fortes barreiras para seu fortalecimento empírico.

As críticas se caracterizam, pela existência ora de pesquisadores que questionam o uso do termo e estão de acordo com os fundamentos básicos, ora por pesquisadores que apresentam desacordo com as linhas de pesquisas desenvolvidas.

Pode-se destacar na primeira área de críticas as análises de SOLOW (2000), onde ele reforça a definição de “capital” como: estoque de fatores ou insumos naturais de produção que podem gerar resultados produtivos por algum tempo. Nesse sentido Solow ressalta que devido a dificuldade em mensurar um determinado estoque de capital social, não se pode calcular suas taxas de retorno esperadas. Logo, não é objetivo lhe atribuir a característica de capital.

Nas controvérsias em relação à área de pesquisa como um todo, os críticos do capital social enfatizam que a mistura entre alta velocidade e força com que o conceito foi utilizado nas análises sociais representam uma espécie de “imperialismo” sobre as ciências sociais. Para Ben FINE (2000), pelo fato do capital social apresentar uma vasta gama de terminologias, o descaracteriza enquanto conceito fundamental, seguro e confiável. Suas outras críticas perdem credibilidade, pois estão carregadas por uma certa dose de inveja e se tornam extremamente pejorativas.

A conceituação de capital social recebe as críticas (se relaciona com elas) de duas formas, através de esclarecimentos conceituais e através de evidências empíricas.

Segundo MONASTERIO (2001), é essencial, anteriormente a discussões aprofundadas sobre o termo, admitir que a dificuldade de definição do conceito de capital é constante na Ciência Econômica. Caso fossem exigidos aos demais capitais conhecidos (físico, humano, natural, etc) os mesmos requisitos do capital social, esses teriam que ser descartados, uma vez que se trabalha com metáforas. Como nesse caso, é fundamental adquirir certo bom senso e minimizar as tendências extremistas.

Acredita-se entre os economistas estudiosos de capital social que a incorporação do conceito pela Ciência Econômica depende muito mais de evidências empíricas significativas do que de debates metodológicos “retroalimentados” por uma longa estrada.

4.) EMPREENDEDORES CÍVICOS: AGENTES MOBILIZADORES

A discussão sobre desenvolvimento de capital social se encontra na fase de definição dos agentes mobilizados de tal variável. Ou seja, entendidos os efeitos positivos que esse fator pode trazer para o desenvolvimento regional, tanto no contexto econômico como governamental, é preciso partir para elaboração de ações práticas de mobilização desses estoques. **E** para que se tenha um plano de ação bem fundamentado, não só é essencial conhecer os conceitos e percepções, como também os agentes responsáveis pela “problematização” e por colocar em prática as diversas proposições.

Os agentes mais dotados de capacidades condizentes com o desafio de construir uma economia baseada em capital social são os chamados “empreendedores cívicos”. **Esse capítulo é destinado ao conhecimento de quem são, como atuam e onde estão esses indivíduos.**

Citando José **Monir NASSER** (2003):

“Empreendedorismo cívico é a arte de se produzir capital social ou, em outras palavras, uma sociedade bem sucedida. Uma sociedade é, antes de mais nada, uma rede invisível de identidades entre seus membros, sob forma de valores, costumes, usos, opiniões, visões de mundo. Uma sociedade é uma comunidade, no sentido de compartilhar coisas comuns. Pode compartilhar um destino, um determinado mito fundador ou profecia escatológica. E a este compartilhamento chamamos cívico. O Estado, as relações jurídicas, o mundo civil vêm depois. Em qualquer sociedade há um poder mesmo antes de haver um governo.”

O empreendedor cívico atua como catalisador das interações sociais nas comunidades, gerando assim uma série de externalidades positivas para o desenvolvimento individual. **Ele não pode ser confundido com empreendedor social, pois apesar de atuarem de formas muitas vezes convergentes, esse é movido por interesses como caridade, religiosidade, entre outros, o que não desmerece de forma alguma sua importância no contexto da transformação social, muito pelo contrário, exerce papel fundamental. Já o empreendedor cívico tem vocações e pretensões que encontram na interatividade sua forma de ação.**

Independente do setor da sociedade na qual o empreendedor cívico concentra seus esforços, seu papel é acelerar as reações e criar conexões que sem sua presença não se efetivariam.

No Brasil, o Terceiro Setor congrega o mais significativo contingente de empreendedores cívicos em atividade, uma vez que por sua atuação tem ocorrido maior articulação de todos os setores (Governos, Mercado e Sociedade Civil Organizada).

Esses agentes mobilizadores sinalizaram, através de inconscientes coletivos, a prosperidade como objetivo da ação coletiva. Prosperidade esta que depende diretamente do ambiente e que seria fomentado através de interações entre agentes que possuem crescentes laços de confiança, e esses por sua vez partem de uma identidade local intangível.

O empreendedor cívico faz o papel de articulador das energias sociais, a partir do mecanismo do tripé *identidade – confiança – interatividade*, gerando como consequência um ambiente favorável para o desenvolvimento, permitindo que a potencialização do capital social se transforme em atos econômicos. Uma vez considerada que o que vale para o empreendedor cívico é a interatividade no pequeno âmbito, sua atuação se torna essencial para que o processo seja efetivo (NASSER, 2003).

Após anos em busca de sentido na conceituação de capital social, fomentaram-se as buscas de evidências empíricas; nesse momento passa por uma fase de despertar, capacitar e efetivar ações de empreendedorismo cívico. Robert Putnam por meio de uma obra dessa área, construiu um site chamado “Better Together” para identificar e estimular atitudes e cultura cívica nos Estados Unidos. No Brasil, o ícone desse estímulo é o Instituto Paraná Desenvolvimento em Curitiba – PR, com diversos programas para empoderar os agentes mobilizadores de capital social e/ou empreendedores cívicos em seus ambientes de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer dos capítulos tentou-se não só explorar a órbita conceitual do Capital Social, como também contribuir para o trabalho dos formuladores de políticas realmente públicas e ações locais efetivas. Todo esse movimento de pesquisas, planejamento, mobilização e empreendedorismo fazem parte de uma espécie de “Projeto Brasília”, onde as intenções confluem no sentido de vencer as barreiras estruturais da economia brasileira de forma a sustentar processos de desenvolvimento sócio-econômico sustentável.

Uma vez demonstradas as características fundamentais do Capital Social enquanto teoria e conceito, de uma forma objetiva seguindo a expectativa do autor, foi preciso reforçar dois lados de aproveitamento do tema: na Economia e nos Governos.

Primeiro foi possível ressaltar a importância do envolvimento social, do fortalecimento dos laços de confiança e do nível de interatividade na efetivação das relações econômicas. Isso contribui para que se possa vislumbrar uma economia com mais fluidez e que receba as inovações com mais apropriação local, sempre objetivando a prosperidade coletiva. A equação de crescimento ganha uma característica singular. O capital social vai multiplicar as potências das demais variáveis, fazendo com que a produtividade geral dos fatores cresça de maneira uniforme. Um ponto interessante nessa equação acrescida do Q (capital social) é que ela se retro-alimenta, pois as interações e a confiança crescem no decorrer do uso corrente.

Para aumentar a eficácia das democracias e torná-las mais participativas, o capital social contribui para aumentar a interatividade entre instituições políticas, efetivar as atuações públicas e garantir que mais agentes possam se identificar e contribuir com os governos locais.

A atuação da sociedade civil organizada e fortalecida via capital social não representa uma afronta aos governos, mas sim se apresenta como um parceiro fundamental para que sua razão de existir seja realmente contemplada. Quanto mais interativa for a sociedade, mais claras serão as demandas sociais e mais efetiva será a contribuição governamental para o bem-estar de toda população. O Terceiro Setor brasileiro vem passando por transformações profundas que vão desde a profissionalização até o combate incansável à corrupção dentro das

próprias organizações não-governamentais (chamada popularmente de filantropia). Esse movimento será potencializado quando os agentes mobilizadores das comunidades tomarem consciência de que o capital social pode ser uma arma fundamental para assegurar credibilidade e atuação transparente.

Lembrando que na prática a teoria é re-aprendida, lembra-se ao leitor que os empreendedores cívicos necessitam ser despertados, identificados e empoderados no sentido de potencializar suas ações e idéias. Isso demanda claro entendimento de quem são e como podem interagir com o quadro atual da sociedade brasileira.

Para que o texto apresentado fosse, da melhor maneira possível, objetivo e conciso, alguns aspectos e proposições da bibliografia sobre capital social foram suprimidos da Monografia, porém merecem destaque para estimular leituras e pesquisas futuras.

Um primeiro aspecto importante é a questão do capital social *negativo*. Claro que se existe aproveitamento do capital social para fins positivos, há também o mau uso desse potencial. Destaca-se nesse ponto o crime organizado (máfias, tráfico internacional de drogas, terrorismo), onde as interações e os fortes laços nas relações são utilizados de forma similar ao proposto no texto, porém o fim *condena* os meios. O Banco Mundial tem se empenhado em trazer evidências empíricas dessa hipótese, encontrar e propor medidas de combate.

Outra questão pertinente é o declínio de capital social nos países desenvolvidos, essencialmente nos Estados Unidos. Robert Putnam dedicou um livro inteiro para destacar esse ponto e elaborar proposições corretivas. Em *Bowling Alone* (Jogando Boliche Sozinho), livro publicado em 2000, Putnam mostra através de dados dos clubes de boliche que o número de jogadores de boliche tem aumentado significativamente, porém os participantes em clubes desse esporte (tradição naquele país) tem diminuído em ritmo maior. Isso demonstra o crescimento do individualismo e do isolamento social, enfraquecendo o envolvimento cívico e a solidez comunitária. Os números de eleitores americanos que vão às urnas também têm caído bastante, o que demonstra desinteresse político dos norte-americanos.

No site do projeto “Better Together” de Universidade de Harvard há uma tentativa de pensar em formas de resgatar a propensão a associações locais e participação social, para aumentar o estoque de capital social e impedir que o decréscimo prejudique a economia e a democracia participativa (BETTER TOGETHER, 2003).

Dentro de uma visão institucional, onde o que mais importa são as “regras do jogo”, os resultados almejados por trabalhos como este vão além do curto e médio prazo. Fala-se aqui de transformações profundas no país que exigem esforços significativos para conscientizar toda a sociedade da importância de tal movimento. Apenas através de ações coletivas e decisões participativas será possível almejar níveis satisfatórios de bem-estar.

Como bem destacado na ciência econômica, o objetivo de ação dos economistas é a prosperidade. Assim, não se pensa em medidas emergenciais ou de efeito efêmero. Volta-se o foco para evoluções silenciosas e inclusivas. Pois não é plausível ser nem egoísta nem altruísta por completo, mas sim ter consciência do caráter coletivo da existência humana. Logo, conceitos e proposições baseadas em capital social fazem parte deste paradigma baseado em sistemas complexos, redes e conexões ocultas.

Nesta Monografia fica clara a interdisciplinaridade junto à Ciência Econômica, principalmente da sociologia, da psicologia, da filosofia e da ciência da administração. Por essa característica de tendência à “transdisciplinaridade”, onde se ressalta a impossibilidade de pensamentos e ações voltadas ao desenvolvimento que fiquem resumidas a ideologias e influências específicas e restritas. Isso é um chamado para os economistas reducionistas para que olhem ao seu redor e percebam o horizonte gigantesco que se apresenta quando a ciência econômica encontra irmandade conceitual em outras disciplinas.

Fica aqui a impressão de que a Ciência Econômica pode e tem muito a contribuir com o processo de desenvolvimento e não deve de maneira alguma se restringir às suas próprias percepções.

Sua missão é colher e reunir todos os pensamentos, as teorias, proposições e idéias que podem somar para construir uma sociedade com mais bem-estar e uma economia mais próspera e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ADLER, P.; KWON, S. ***Social capital: the good, the bad, and the ugly***. University of Southern California Working Paper, 2000.
- CASTOR, B. V. ***O Brasil não é para amadores***. Curitiba. IBQP-PR, 2000.
- EVANS, P. ***Government action, social capital and development: Reviewing the evidence on synergy***. World Development, v.24, n.6 June, p.1119-32, 1996.
- FINE, B. ***Bringing the social back into economics: Progress or reductionism***. Research paper 731, 2000.
- FROES, C. M. ***Empreendedorismo Social, a transição para uma sociedade sustentável***. Rio de Janeiro. Editora Qualitymark, 2002.
- FUKUYAMA, F. ***Social capital and civil society***. IMF Conference on Second Generation of Reforms, 1999.
- _____. ***Trust: the social virtues and the creation of prosperity***. New York: Free Press, 1995.
- FURTADO, Celso. ***Formação Econômica do Brasil***. São Paulo. Editora Nacional, 1980.
- GRANOVETTER, M. ***Economic actions and social structure: the problem of embeddedness***. American Journal of Sociology, v. 91, p. 481-510, 1985.
- _____. ***The strength of weak ties***. American Journal of Sociology, v.78, n.6, p. 1360-80, 1973.
- GRAZIANO, X. ***Juventude Consciente***. Campinas. Editora Pontes, 2002.
- KNACK, S.; KEEFER, P. Does social capital have an economic payoff? A cross country investigation. Quarterly Journal of Economics, v. 112, n. 4, p. 1251-88, 1997.
- LEIPZINGER, D. et al. ***Primary educational achievement in Brazil: the role of social capital***. Working Draft, 1996.
- MAIA, K. e SANTANA, A. L.J. de M. de ***Projeto NITS***. Curitiba, 2003.
- MONASTERIO, L. M. ***Capital Social e a Região Sul do Rio Grande do Sul***. Curitiba, 2001.
- NASSER, J. M. ***A Economia do Mais***. Curitiba. Editora Tríade, 2003
- OSTROM, E. ***Social capital: a fad or a fundament concept?*** Washington: World Bank, 2000.

- PALDAM, M.; SVENDSEN, G.T. ***An essay on social capital***. Social Capital Initiative 11, Washington, 1998.
- PEYREFITTE, A., ***A Sociedade de Confiança***. São Paulo. Editora Instituto Liberal, 2001.
- PUTNAM, R. ***Bowling Alone: the collapse and revival of American community***. New York Simon & Shuster, 2000.
- PUTNAM, R. ***Comunidade e Democracia: a história da Itália Moderna***. São Paulo. Editoria FGV, 1996.
- SEN, A. – Development thinking at the beginning of the 21st Century *in* BID – ***Development thinking and practice conference, apud*** Kliksberg, 1998:35)
- SINGER, P. ***Introdução à Economia Solidária***. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2002
- SIQUEIRA, C. A. ***Geração de Emprego e Renda no Brasil***. São Paulo. Editora DP&A, 1999.
- SOLOW, R. ***Notes of Social Capital and Economic Performance***. In DASGUPTA, P. SERAGELDIN, I. ***Social Capital: a multifaceted perspective***. Washington, DC. World Bank, 2000, p. 6-10.
- STIGLITZ, J.E. Formal and informal institutions. In DASGUPTA, P. SERAGELDIN, I. ***Social Capital: a multifaceted perspective***. Washington, DC. World Bank, 2000, p. 59-68.
- VERÍSSIMO, L. F. ***Aquele estranho dia que nunca chega***. Porto Alegre. Editora Objetiva, 1999.
- WOOLCOCK, M. ***Social Capital in theory and practice: reducing poverty by building partnerships between states, markets and civil society***. In Special Symposium on Social Capital Formation in Poverty Production. Geneva, 2000.
- YUNUS, M. ***O banqueiro dos pobres***. São Paulo. Editoria Ática, 2000.

SITES

- BANCO MUNDIAL: www.worldbank.org/poverty/scapital. Última visita no dia 10/02/2004.
- BETTER TOGETHER: www.bettertogether.org . Última visita no dia 15/02/2004.
- BNDES: www.bndes.gov.br. Última visita no dia 11/06/2003.

GERANEGÓCIO: www.geranegocio.com.br/clusters. Última visita no dia 17/06/2003.

INSTITUTO PARANÁ DESENVOLVIMENTO - IPD: www.ipd.org.br . Última visita no dia 27/01/2004.

INSTITUTO RUBENS PORTUGAL – IRP: www.irp.org.br . Última visita no dia 13/12/2003.

IPEA DATA: www.ipeadata.gov.br. Última visita no dia 10/07/2003.

LEONARDO MONASTERIO: www.lmonast.brturbo.com Última visita no dia 09/11/2003.

ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DA JUVENTUDE - OBJ: www.obj.org.br. Última visita em 16/06/2003.

REDE DLIS: www.dlis.org.br . Última visita no dia 27/06/2003.

REDE AED: www.aed.org.br. Última visita no dia 20/06/2003.

SEBRAE: www.sebrae.com.br. Última visita no dia 15/06/2003.